

NOTÍCIAS DA LATA

BOLETIM INFORMATIVO DA ABRALATAS

ANO 15 - Nº 81

FÓRUM ECONOMIA LIMPA

ESPECIALISTAS DEFENDEM POLÍTICAS
TRIBUTÁRIAS PARA VIABILIZAR UMA
ECONOMIA DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL

Alumínio é para sempre.

Economia Limpa 3^ª edição

INDÚSTRIA DE BAIXO CARBONO

Governo cria comitê para implementar e revisar políticas de desenvolvimento sustentável

p. 2

BITRIBUTAÇÃO

“É preciso incentivar e não punir quem está reciclando”, defende Fernanda Cortez

p. 4

TRIBUTAÇÃO VERDE

Everardo Maciel defende medidas extrafiscais como instrumento de compensação ambiental

p. 6

Nos últimos anos, tivemos a honra de colocar uma expressão no dia a dia de quem defende uma economia limpa de baixo carbono: **Tributação Verde**. Incorporamos o tema aos nossos produtivos Ciclos de Debates Abralatas, que contaram com a participação de representantes de diversos setores da sociedade, como os catadores de materiais recicláveis, promotores públicos do meio ambiente, prefeituras, universidades, pesquisadores, autoridades do governo, empresários.

Nos debates, percebemos que a **Tributação Verde** é o caminho para diferenciar, no preço final dos serviços ou dos produtos, aqueles que causam maior ou menor impacto ambiental. Se queremos estimular o consumo e a produção sustentáveis, nada melhor do que orientar, por meio da política tributária, como deve ser o nosso desenvolvimento. O incentivo tributário torna mais competitivo quem polui menos. São os custos ecológico, social e econômico das nossas escolhas.

O Fórum Economia Limpa, realizado pela Abralatas pelo terceiro ano com a Folha de São Paulo, ampliou esse debate. Discutimos soluções para levar a sustentabilidade à produção, estimulando quem cumpre com as suas obrigações para reduzir a poluição das águas, do ar, das cidades. No painel "Rios e Mares", o debate destacou a grave situação da poluição dos oceanos. Na mesa "Logística Reversa", buscou-se a necessidade de tornar viável a Política Nacional de Resíduos Sólidos. E no debate sobre "Tributação Verde e Competitividade", ficou clara a falta de sensibilidade do governo, que subsidia o diesel e não estimula soluções mais sustentáveis, como o biodiesel.

A recente criação de um Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços surge como um alento para esse debate e reforça a importância de iniciativas como o manifesto pela sustentabilidade lançado pela Abralatas. O documento, apoiado por diversas organizações representativas, pede a instalação de um foro democrático na Câmara dos Deputados para discutir a Tributação Verde.

Movimentos e manifestações como essas atestam, para nossa felicidade, que iniciamos, lá atrás, um caminho sem volta para alcançar uma economia sustentável no Brasil.

RENAULT CASTRO

Presidente Executivo da Abralatas



Foto: Diego Bresani



COMITÊ DISCUTIRÁ INDÚSTRIA DE BAIXO CARBONO

Portaria publicada pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) instituiu o Comitê Técnico da Indústria de Baixo Carbono. De caráter permanente e de cunho técnico e consultivo, o grupo foi formado com o objetivo de promover a articulação de órgãos e entidades públicas e privadas, para implementar, monitorar e revisar políticas públicas, iniciativas e projetos que estimulem a transição para uma indústria de baixo carbono no Brasil.

De acordo com o texto dessa Portaria, as ações propostas pelo grupo deverão ser harmonizadas com as políticas públicas de desenvolvimento industrial e comércio exterior, além de seguir as orientações do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

Coordenado pelo MDIC, o comitê iniciará suas atividades em novembro próximo, com a participação de representantes da Abralatas, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), dentre outros órgãos e associações dos setores público e privado.



EXPEDIENTE

Boletim da ABRALATAS

Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio » SCN Qd. 01, Bloco F, Ed. America Office Tower, Salas 1608 a 1610, CEP: 70.711-905, Brasília-DF

Tel/Fax: (61) 3327-2142

E-mail: abralatas@abralatas.org.br

Presidente do Conselho de Administração: Wilmir Arinelli

Presidente Executivo: Renault de Freitas Castro

Assessoria: Guilherme Caniello

Projeto Gráfico: Frisson Comunicação

Jornalista responsável e Redação: Cláudio Tourinho e Sinval Neto

Revisão: Fátima Campos

Tiragem: 3.300 exemplares

Impressão: M2 Gráfica e Editora

ASSOCIADOS



AFILIADOS



CONHEÇA A ABRALATAS EM: WWW.ABRALATAS.ORG.BR



Twitter: www.twitter.com/abralatas



LinkedIn: Abralatas



Facebook: Abralatas



YouTube: Canal Abralatas



www.tributacaoverde.org.br

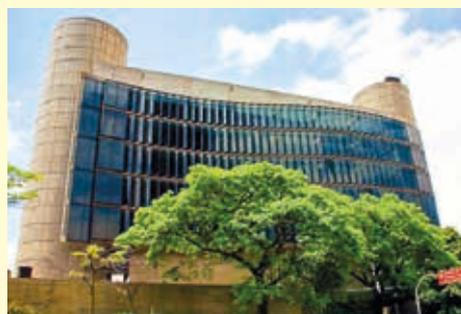
Economia Limpa 3^a edição

Correalização

Patrocínio



SOLUÇÃO PASSA PELO INCENTIVO TRIBUTÁRIO



27 DE AGOSTO DE 2018
TEATRO UNIBES CULTURAL-SP

A criação de um modelo tributário que estimule a produção e o consumo de baixo impacto ambiental foi destaque nos debates do Fórum Economia Limpa 3ª edição, realizado em agosto na capital paulista. Promovido pela Abralatas e pelo jornal Folha de São Paulo, o encontro reuniu especialistas e representantes de importantes áreas da economia brasileira para discutir desenvolvimento sustentável. O evento mostrou o poder de mobilização do setor privado ao conduzir processos que sugerem ao poder público e à sociedade a formulação de políticas que possam estimular um crescimento econômico que leve em conta a proteção do meio ambiente e o uso inteligente dos recursos naturais.

Neste ano, o Fórum abordou assuntos relacionados à política tributária, competitividade, destinação do lixo e qualidade das águas. O evento também marcou o

lançamento de um manifesto de iniciativa da Abralatas, apoiado por 19 organizações, que propõe a instalação, na Câmara dos Deputados, de um espaço democrático para debater a Tributação Verde.

Em seu discurso de abertura, o presidente executivo da Abralatas, Renault Castro, deixou claro que a Associação não defende a criação de novos impostos, mas a correção de falhas de mercado que afetam a competitividade de uma maneira geral. Segundo Renault, essas falhas não refletem os custos ambientais e econômicos de produção e comercialização. “Precisamos incluir no sistema tributário brasileiro uma forma de compensar a sociedade pelos danos ambientais causados pela indústria de bens e serviços. Só assim os cidadãos poderão avaliar corretamente os efeitos que suas escolhas de consumo e produção exercem sobre o meio ambiente”, explicou Castro.



“
Não defendemos o aumento da carga tributária, mas uma repartição justa com aqueles que causam danos ambientais sem compensação para a sociedade.
 ”

RENAULT CASTRO
 Presidente executivo da Abralatas

BITRIBUTAÇÃO É PUNIÇÃO

Idealizadora da plataforma de educação ambiental *Menos 1 Lixo* e apresentadora do programa *Menos é Demais* do Discovery H&H, Fernanda Cortez abriu o Fórum Economia Limpa 3ª edição alertando para o fato de que a sociedade não tem a real dimensão do impacto de suas escolhas de consumo. “Estamos transformando o Planeta em um grande lixão a céu aberto.”

A ativista ambiental criticou a dupla cobrança de impostos que incide sobre os produtos reciclados no Brasil. Ela acredita que para mudar a lógica de consumo e produção é preciso acabar com a bitributação. “O pensamento e a legislação estão muito desconectados. Precisamos de uma sintonia muito maior para reinserir esse material reciclável na cadeia produtiva. É preciso incentivar, e não punir quem está reciclando lixo”, avaliou.

Fernanda, que também atua na *Campanha Mares Limpos*, da ONU Meio Ambiente, defende que a responsabilidade sobre o lixo deve ser compartilhada entre todos, a começar pelo consumidor. Por conta disso, há seis anos eliminou o uso de copos descartáveis de sua vida. A ambientalista calcula que deixa de usar cerca de 1.600 unidades por ano ao adotar um único recipiente retrátil que carrega sempre consigo.

“O lixo é resultado do nosso consumo, e isso tem a ver com o modelo de economia linear no qual estamos inseridos. Nós extraímos a matéria-prima, beneficiamos, usamos e descartamos. Só pensamos até o consumo. Hoje, infelizmente, o pós-consumo acaba não sendo problema de ninguém”, concluiu.

abra/atas
2018

“

**É preciso parar
de chamar
matéria-prima
de lixo**

”

FERNANDA CORTEZ
Ativista ambiental



E estudo encomendado pela Abralatas para nortear as discussões sobre Tributação Verde deu um indicativo dos caminhos que o Brasil pode trilhar no campo do desenvolvimento sustentável. Ao invés de criar impostos ambientais, o que exige alterações na Constituição Federal, o levantamento sugere que o país lance mão de medidas extrafiscais. Por meio de isenções, benefícios tributários e alíquotas diferenciadas, a extrafiscalidade serviria como instrumento para dissuadir, compensar ou incentivar determinadas práticas de produção e de consumo de maior ou menor impacto ambiental.

Apesar de muitos países terem criado impostos específicos e ecologicamente orientados, os chamados *green taxes*, esse tipo de iniciativa é considerado inadequado pelo autor do estudo, o tributarista Everardo Maciel. Diretor da Logos Consultoria Fiscal e ex-secretário da Receita Federal, ele explica que o processo é difícil e demorado. “Para criar impostos é preciso emenda constitucional. Haveria um custo político enorme”, avalia. Para tratar da matéria no âmbito tributário, ele indica um caminho mais fácil, que consiste na utilização de tributos já existentes, mas sem finalidades arrecadatórias, apenas com o objetivo de intervir em práticas econômicas e condutas sociais.

Uma das alternativas propostas é a criação de listas de produtos com impostos que onerem ou beneficiem produtores e consumidores de acordo com os respectivos impactos gerados no meio ambiente – as chamadas *green list* e *red list*. As listas criariam um parâmetro para subsidiar, por exemplo, alíquotas de IPI, PIS e COFINS.

Na prática, isso já existe em alguns setores. Carros movidos a álcool têm IPI e IPVA com alíquotas reduzidas. Áreas de interesse ambiental estão de fora da base de cálculo do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR). Multas por infração às leis de proteção ambiental e taxas cobradas por órgãos ambientais também são práticas de extrafiscalidade vigentes.

A EXTRAFISCALIDADE COMO CAMINHO SUSTENTÁVEL

Outra sugestão é o lançamento de um bônus ambiental, que reduziria em 1% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de empresas consideradas ambientalmente corretas por órgãos fiscalizadores. Já no campo do Imposto de Renda (IR), o consultor indica isentar as futuras cessões para o exterior dos direitos de crédito de carbono.

OUTROS CAMINHOS

O estudo do ex-secretário da Receita Federal foi apresentado na primeira mesa

de debates do Fórum Economia Limpa 3ª edição. No mesmo painel, esteve presente a professora da Universidade Federal Fluminense Ana Alice Carli, que, ao contrário do consultor, defendeu a criação de um novo tributo por meio de emenda constitucional.

Ela é a favor de um imposto que incida sobre o excedente de consumo de água, fazendo com que o consumidor se esforce para não ultrapassar a quantidade média ideal estipulada para cada família, condomínio ou indústria. “O objetivo é a

EVERARDO MACIEL
Consultor e ex-secretário
da Receita Federal



contribuição zero e fazer com que as pessoas passem a respeitar a água”, disse Carli.

Já o diretor para a América Latina do R20 – Regions of Climate Action –, Jorge Pinheiro Machado, acredita que a melhor saída é garantir uma alíquota zero para áreas de energia limpa e saneamento básico, consideradas estratégicas para o desenvolvimento econômico. “Nossa proposta não é a de criação de novo imposto verde, mas zerar alíquotas para todas as áreas estratégicas até resolver

o problema de infraestrutura do Brasil”, alerta o cientista.

A ativista Fernanda Cortez também defende a criação de uma taxa explícita de cobrança sobre o lixo. “Tem que pesar no bolso do consumidor, senão ele não dará valor”, enfatiza. Em recente visita a São Francisco, nos Estados Unidos, Cortez pôde conferir a eficiência desse sistema e o comprometimento dos cidadãos com a destinação dos resíduos. Quanto mais lixo é enviado ao aterro, maior é o valor pago pelo serviço.



Saiba mais em
WWW.TRIBUTACAOVERDE.ORG.BR





A lata de alumínio é a voz da sustentabilidade

O mundo trabalha por uma Economia Limpa. Mas hoje, colocar no mercado um produto sustentável é competir em desvantagem com quem não está preocupado com os danos ao meio ambiente. Está na hora de construir uma economia de baixo carbono.

Prefira a lata!



www.abralatas.org.br

ENERGIA DE FONTES LIMPAS



DONIZETI TOKARSKI

Diretor executivo da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio)



RICARDO GUGGISBERG

Presidente executivo da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE)

A greve dos caminhoneiros, que paralisou o Brasil em maio deste ano, deixou evidente a dependência do país em relação aos combustíveis fósseis. Além de não renovável, essa fonte energética acumula uma série de externalidades nocivas para o meio ambiente e a saúde das pessoas. Mudar essa realidade e oferecer opções sustentáveis aos consumidores são objetivos comuns entre os participantes do painel Tributação Verde e Competitividade.

Diretor da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), Donizeti Tokarski defendeu que é necessário fazer uma contabilidade socioeconômica e ambiental na matriz veicular brasileira. O executivo elencou uma série de vantagens da produção de biodiesel. Entre elas, a grande oferta de matéria-prima, como a soja; o uso de resíduos animais, como sebos e gorduras, considerados passivos ambientais danosos ao meio ambiente e com potencial de poluição de rios; e a alta capacidade de geração de empregos.

Sobre o diesel fóssil, Tokarski foi taxativo: “A indústria petroleira domina o mercado de combustíveis e estabelece, de forma pragmática, políticas no país. A sociedade precisa discutir qual combustível quer usar, e não aceitar somente a alternativa estabelecida”, explicou.

O presidente da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), Ricardo Guggisberg, defendeu a integração entre eletricidade e biocombustíveis no transporte urbano como forma de transição e de compensação de externalidades. Ele citou dados da Organização Mundial da Saúde sobre a poluição atmosférica, responsável pela morte de 50 mil brasileiros por ano.

“Precisamos eliminar o diesel das frotas que circulam nas grandes cidades. Em São Paulo, por exemplo, foi criada uma lei que determina o corte de 50% do carbono emitido pelos ônibus. Na prática, ela só será possível com a substituição por veículos híbridos”, disse Guggisberg.



ELBIA GANNOUM
Presidente executiva da Associação
Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica)



JORGE PINHEIRO MACHADO
Diretor para a América Latina do
R20 – Regions of Climate Action

COMPETITIVIDADE

Presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Elbia Gannoum falou com entusiasmo sobre o crescimento do setor. “Hoje é a terceira fonte energética do país. Em breve será a segunda. Ela cresce porque é competitiva”, destacou. A executiva explicou que os bons resultados refletem a riqueza do país com relação a fontes renováveis, como vento e sol – alternativas que podem substituir as hidrelétricas. “Se não fossem nossos geradores, o Nordeste já estaria há cinco anos sofrendo com racionamento de energia”, avaliou.

Gannoum também enumerou os benefícios da energia eólica e seu potencial diante do momento de crise. “Seja do ponto de vista da mudança climática ou da economia de baixo carbono, as externalidades positivas resultam em desenvolvimento econômico. O vento brasileiro, o melhor do mundo, está em regiões onde há poucas terras produtivas. Nesse locais, pagamos o arrendamento e já temos mais de 4 mil famílias que dependiam de programas de governo, mas agora recebem por contrato de 20 anos, por cada gerador instalado”, revelou.

Jorge Pinheiro Machado, diretor para a América Latina do R20 – Regions of Climate Action –, disse que o futuro da energia no mundo é 3D – descarbonizada, descentralizada e digitalizada. Para o Brasil chegar a esse patamar, é preciso levar em conta o processo de transição, investindo em infraestrutura, e não somente estipulando taxas e impostos ecológicos. Ele também defendeu o desenvolvimento social como fator-chave no processo. “Até agora, só se falava de desenvolvimento econômico e ambiental. Se for somente assim, não teremos sucesso no futuro”, afirmou.

LIXO DE VOLTA À CADEIA PRODUTIVA

Investir em uma economia circular, projetar embalagens ambientalmente corretas e dar valor monetário àquilo que pode ser reciclado são exemplos para tornar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) mais eficaz. Editada há oito anos tendo como um dos objetivos principais garantir a destinação correta do lixo produzido no país, a lei que institui a PNRS ainda não resultou, por exemplo, no fechamento dos lixões, conforme previsto inicialmente para 2014. Segundo recente levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 54,8% dos municípios ainda recorrem a formas e lugares inadequados para depositar todo tipo de material coletado, sem qualquer tipo de triagem.

Durante o painel que discutiu esse tema, os participantes deixaram claro que não se trata apenas de eliminar lixões e construir aterros sanitários. Para que a PNRS tenha eficácia é preciso reduzir a quantidade de lixo produzida e reintroduzi-lo à cadeia produtiva, remunerando adequadamente quem coleta, de acordo com a qualidade e não com o volume do que é coletado. Essa é avaliação do presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa), Luís Fernando Barreto.

Para o Promotor, a correta implementação da logística reversa dos diversos produtos e embalagens é a verdadeira solução para o problema dos resíduos. Mas explicou que a gestão eficiente da PNRS não depende de um único fator como, por exemplo, a criação de aterros sanitários. “Você só consegue atingir os objetivos de redução, reutilização e reciclagem se alterar o processo produtivo, entender que tem uma lógica econômica a ser observada. Ao perceber isso, começa-se a fazer os ajustes tributários que vão permitir que realmente se recicle, reaproveite e reduza o lixo”, detalhou.



LUÍS FERNANDO BARRETO

Promotor do Ministério Público e presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa)



JOÃO CESAR RANDO

Diretor-presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV)

RODRIGO FIGUEIREDO

Vice-presidente de Suprimentos e Sustentabilidade da Ambev



LIXO ZERO

Barreto defendeu que o fim dos lixões requer também substancial redução do lixo gerado pela sociedade. “Achei interessante o painel sobre energia, que cita o uso do sebo de animais como fonte de produção de combustível. Que bom seria se todos entendessem a lógica de que o lixo pode ser matéria-prima. Para que isso aconteça, é necessário que haja um mecanismo de desoneração, pois já observamos que se tributar o caco de vidro igual a areia, por exemplo, teremos dificuldade”, alertou.

Alguns programas de sustentabilidade citados pelos demais participantes do painel ilustraram bem o que disse o promotor sobre a importância de se reestruturar as cadeias produtivas. O presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (InpEV), João Cesar Rando, falou sobre o sistema de reciclagem Campo Limpo, que cuida do descarte sustentável de 94% das embalagens de defensivos agrícolas utilizadas no Brasil. Depois de recolhido, o que era lixo vira uma nova embalagem e até material para a construção civil, como tubos para esgoto e peças para automóveis.

Apesar dos bons resultados no setor, ele destaca problemas que devem ser combatidos, como a burocracia e a falta de estímulos. “Temos uma legislação moderna, mas a parte fiscal e tributária está presa a um paradigma ultrapassado. Precisamos modernizar, tratar e procurar solução para isso”, alertou.

O vice-presidente de suprimentos e sustentabilidade da Ambev, Rodrigo Figueiredo, também falou sobre logística reversa e reinserção de resíduos na cadeia produtiva. Ele destacou o projeto Acelerador Ambev, que estimula pequenas empresas e a universidade a atuarem no campo de pesquisa e produção de embalagens mais sustentáveis. Segundo Figueiredo, uma das metas da empresa até 2025 é fazer com que a maior parte desses recipientes seja feita a partir de materiais reciclados. “A tendência agora é a migração para embalagens inteligentes, com baixo impacto ambiental”, concluiu.

MOBILIZAÇÃO PELA QUALIDADE DA ÁGUA

Educação e engajamento ambiental podem ajudar a solucionar o problema do lixo nos rios e nos mares do Planeta. Recentemente, a campanha contra o uso do canudinho de plástico mostrou que é possível mobilizar uma boa parcela da sociedade em torno de uma causa importante. Apesar de a poluição provocada por esse produto não representar nem 1% do problema, os participantes do painel *Rios e Mares* acreditam que esse tipo de movimento é essencial para se chegar a um resultado mais expressivo.

Professor e pesquisador do Instituto Oceanográfico da USP e integrante da comissão gestora do Plano Nacional de Combate ao Lixo do Mar, Alexander Turra explicou que a mobilização em torno do canudinho no Brasil e no mundo garante uma comunicação com a sociedade e a engaja em uma discussão de consumo sustentável. “O lixo nos mares pode ser entendido como uma medida da desorganização do nosso sistema socioecológico. Se existe lixo nos rios e nos mares é porque algo de errado está acontecendo. É fundamental a gente entender essa conexão para resolver esse problema”, avaliou.



ALEXANDER TURRA

Professor e pesquisador do Instituto Oceanográfico da USP e integrante da comissão gestora do Plano Nacional de Combate ao Lixo do Mar



MALU RIBEIRO

Especialista em água da Fundação SOS Mata Atlântica

Especialista em Água da Fundação SOS Mata Atlântica, a jornalista Malu Ribeiro é responsável pelo monitoramento das águas de 17 rios que integram o bioma brasileiro. Ela conta com a ajuda de 3 mil voluntários, mas disse que isso não basta para resolver o problema. Para garantir resultados, ela afirma que é preciso integrar as políticas de economia limpa discutidas durante o Fórum e inserir o tema na pauta política. “A água não está na agenda dos candidatos à presidência. Ela somente aparece nas discussões quando o assunto é saneamento básico, quando na verdade deveríamos estar discutindo saneamento ambiental”, disse Malu.

Apesar de o governo já dispor de programas de conscientização sobre questões ambientais relativas à água, eles não são suficientes, reconheceu Adriana Lustosa, coordenadora geral do Departamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente. Segundo ela, para além da mobilização popular, é necessário que haja uma união de esforços entre vários atores da sociedade, inclusive a mídia, para que esse assunto entre em pauta e seja difundido de forma eficaz.



ADRIANA LUSTOSA

Coordenadora geral do Departamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente

As melhores embalagens

As latas de alumínio marcaram presença no Prêmio Abre da Embalagem Brasileira 2018. Elas venceram três das 26 modalidades da categoria ouro. A Tônica Prata apresentou o melhor *design* gráfico de bebidas não alcoólicas e o melhor *redesign*. Já a Ypióca venceu na categoria embalagem promocional. A marca homenageou as festas de São João com quatro modelos exclusivos e colecionáveis. Os principais critérios do prêmio são harmonia, inovação, ergonomia, funcionalidade, sistema de abertura e fechamento e sustentabilidade. Saiba mais em www.premioabre.org.br.



Artesanais enlatadas

Para comemorar seus 15 anos e impulsionar o crescimento da marca, a Bierland de Blumenau/SC decidiu enlatar sua linha de cervejas inspiradas nas escolas cervejeiras alemã, inglesa, belga e norte-americana. São seis diferentes estilos: a Pilsen, a Weizen, a IPA, a Vienna, a Strong e a Stout.

Estampa futebolística

A paixão por um dos times de futebol mais emblemáticos do Maranhão ganhou destaque nas latinhas da cerveja Glacial. Atual campeão da Copa do Nordeste, o Sampaio Corrêa inspira a edição comemorativa das embalagens de alumínio de 350 ml. Essa é a primeira vez que um time de futebol maranhense estampa uma lata de cerveja. Sob o slogan 'Se tem Glacial tem Jogo', a marca tem exclusividade nos jogos em que o clube é mandante.



Chás na lata

A fabricante Refrix colocou no mercado uma linha de chás prontos e vendidos em latas de 335 ml. Sem adição de açúcar nem conservantes, já estão disponíveis as versões chá verde sabor limão, chá verde sabor laranja com gengibre e chá branco sabor lichia.